

Concurso Público para provimento de vagas de
Auditor Fiscal
Área de Atuação: Tecnologia da Informação

Nome do Candidato Caderno de Prova 'B02', Tipo 001 Nº de Inscrição MODELO Nº do Caderno TIPO-001

Nº do Documento 000000000000000000 ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA I
PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

É sempre edificante praticar gratidão, delicadezas e gentilezas.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

PROVA I
PROVA OBJETIVA DE CONHECIMENTOS GERAIS
Língua Portuguesa

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 3.

Uma mudança ocorrida no último meio século foi o aparecimento do museu que constitui, por si só, uma grande atração cultural, independentemente do conteúdo a ser exibido em seu interior. Esses edifícios espetaculares e em geral arrojados vêm sendo construídos por arquitetos de estima universal e se destinam a criar grandes polos globais de atração cultural em centros em tudo o mais periféricos e pouco atrativos. O que acontece dentro desses museus é irrelevante ou secundário. Um exemplo disso ocorreu na cidade de Bilbao. Em tudo o mais praticamente inexpressiva, nos anos 1990 ela transformou-se num polo turístico global graças ao Museu Guggenheim, do arquiteto Frank Gehry. A arte visual contemporânea, desde o esgotamento do modernismo nos anos 1950, considera adequados e agradáveis para exposições esses espaços que exageram a própria importância e são funcionalmente incertos. Não obstante, coleções de grande significado para a humanidade, expostas, por exemplo, no Museu do Prado, ainda não precisam recorrer a ambientes de acrobacia arquitetônica.

(Adaptado de: HOBBSAWM, Eric. **Tempos fraturados: Cultura e sociedade no século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, edição digital)

1. Considere as afirmativas abaixo a respeito do texto.

- I. O autor aponta para o surgimento de museus cujo acervo é menos relevante para o visitante do que a grandeza arquitetônica de seu edifício e questiona a eficácia de tais ambientes para a exibição de obras de arte.
- II. Infere-se do texto que o Museu Guggenheim é responsável por transformar a cidade de Bilbao, anteriormente desprovida de atributos culturais, em um polo turístico.
- III. Para o autor, as obras apresentadas no Museu do Prado ganham maior destaque devido ao fato de este museu não constituir um exemplo do que classifica como "ambiente de acrobacia arquitetônica".

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I e III.
- (D) II.
- (E) I.

2. A partir do texto, afirma-se corretamente:

- (A) Sem prejuízo do sentido, a vírgula colocada imediatamente após "obstante", no segmento *Não obstante, acervos de grande significado para a humanidade*, pode ser suprimida.
- (B) O segmento *por arquitetos de estima universal* tem valor **concessivo**.
- (C) O segmento *o esgotamento do modernismo* é sujeito da forma verbal constante em *considera adequados e agradáveis*.
- (D) O segmento *graças ao apelo arquitetônico* exprime noção de **consequência**.
- (E) A inserção de uma vírgula após **museu** em *Uma mudança ocorrida no último meio século foi o aparecimento do museu que constitui [...] a grande atração cultural* altera o sentido original da frase.

3. Está gramaticalmente correta a **redação** da seguinte frase:

- (A) A partir do fim do modernismo, considera-se apropriado para exposições de arte visual certos espaços cuja importância é superestimada.
- (B) Surge, em locais muitas vezes pouco chamativos, edifícios de arquitetura espetacular e arrojados, com o intuito de criar grandes centros de turismo cultural.
- (C) Encontram-se no acervo de alguns museus, como o do Prado, obras de grande relevância para a humanidade.
- (D) Cidades pouco chamativas como Bilbao, podem se transformar em polos turísticos devido à atrações arquitetônicas.
- (E) Museus como o de Bilbao, cujo edifício de fachadas ousadas constituem, a despeito do acervo exposto, uma atração cultural em si.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 4 a 7.

A ciência moderna e a economia de mercado figuram entre as mais notáveis realizações humanas. A Revolução Científica do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII foram apenas o prelúdio do que viria em seguida – a revolução permanente dos últimos três séculos. Ciência e mercado são apostas na liberdade: liberdade balizada por padrões impessoais de argumentação e validação de teorias no primeiro caso; e por regras que fixam os marcos dentro dos quais a busca do ganho econômico por parte das pessoas é livre, no segundo. Por mais brilhantes, entretanto, que sejam suas inegáveis conquistas, é preciso ter uma visão clara do que podemos esperar que façam por nós: a ciência jamais aplacará a nossa fome de sentido, e o mercado nada nos diz sobre a ética – como usar a nossa liberdade e o que fazer de nossas vidas.

O sistema de mercado – baseado na propriedade privada, nas trocas voluntárias e na formação de preços por meio de um processo competitivo reconhecidamente imperfeito – define um conjunto de regras de convivência na vida prática. A regra de ouro do mercado estabelece que a recompensa material dos seus participantes corresponderá ao valor monetário que os demais estiverem dispostos a atribuir ao resultado de suas atividades: a remuneração de cada um, portanto, não depende da intensidade dos seus desejos de consumo, do civismo de suas ações, do seu mérito moral ou estético. Dependerá tão somente da disposição dos consumidores em pagar, com parte do ganho do seu próprio trabalho, para ter acesso aos bens e serviços que o outro oferece. Mas o mercado não decide, em nome dos que nele atuam, os resultados finais da interação. Assim como a gramática não determina o teor das mensagens, mas apenas as regras das trocas verbais, também o mercado não estabelece de antemão o que será feito e escolhido pelos que dele participam.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, edição digital)

4. Infere-se corretamente do texto:

- (A) Apesar de se autorregular, o mercado oferece recompensas materiais desiguais aos participantes do sistema, atreladas, proporcionalmente, à dedicação do indivíduo àquilo que é do interesse da coletividade.
- (B) Ao estabelecer uma comparação entre as conquistas capazes de melhorar as condições da vida humana nos últimos séculos, o autor conclui que os benefícios da economia de mercado são inferiores aos alcançados pela Revolução Industrial do século XVIII.
- (C) Como ciência e mercado estão interligados, a primeira sofre restrições em sua liberdade de ação, uma vez que só se validam teorias que atendam aos interesses do mercado, o qual, por sua vez, visa ao lucro mesmo em detrimento do desenvolvimento científico.
- (D) As conquistas alcançadas pelo sistema de mercado, no qual se estabelecem os preços de um produto por meio de um processo competitivo, são limitadas, na medida em que as relações de troca não estão atreladas a escolhas éticas nem nos ensinam de que modo usar nossa liberdade.
- (E) Uma vez que se trata de um sistema meritocrático, o sistema de mercado beneficia os indivíduos mais dedicados e munidos de maior motivação pessoal, cujo grande desejo de consumo faz com que procurem superar suas dificuldades.

5. Considere as afirmações abaixo a respeito da pontuação do texto:

- I. Mantendo-se a correção e o sentido original, os travessões podem ser substituídos por vírgulas em: *O sistema de mercado – baseado na propriedade privada, nas trocas voluntárias e na formação de preços por meio de um processo competitivo reconhecidamente imperfeito – define...*
- II. Sem prejuízo da correção, uma pontuação alternativa para um segmento do texto é: *A regra de ouro do mercado estabelece que, a recompensa material dos seus participantes, corresponderá ao valor monetário que os demais estiverem dispostos a atribuir, ao resultado de suas atividades.*
- III. Sem prejuízo da correção e da lógica, o sinal de dois-pontos pode ser substituído por "pois", precedido de vírgula, no segmento *é preciso ter uma visão clara do que podemos esperar que façam por nós: a ciência jamais aplacará a nossa fome de sentido...*
- IV. Uma vírgula pode ser inserida imediatamente após **Assim**, sem prejuízo do sentido original, em *Assim como a gramática não determina o teor das mensagens...*

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.

6. O verbo em destaque deve sua flexão à correlação com o segmento sublinhado em:

- (A) *A ciência moderna e a economia de mercado **figuram** entre as mais notáveis realizações humanas.*
- (B) ***Dependerá** tão somente da disposição dos consumidores em pagar, com parte do ganho do seu próprio trabalho...*
- (C) *... mas apenas as regras das trocas verbais. também o mercado não estabelece de antemão o que será feito e escolhido pelos que dele **participam**.*
- (D) *... a recompensa material dos seus participantes corresponderá ao valor monetário que os demais **estiverem** dispostos a atribuir ao resultado de suas atividades...*
- (E) *Por mais brilhantes, entretanto, que **sejam** suas inegáveis conquistas. é preciso ter uma visão clara do que podemos esperar...*



7. Está clara e correta a **redação** do seguinte comentário:

- (A) Todo um conjunto de regras de convivência na vida prática é determinado pelo sistema de mercado, que se apoia, entre outros, na propriedade privada, nas trocas voluntárias e na determinação de preços por meio de um processo competitivo.
- (B) Estima-se que a liberdade mercadológica seja delimitada por determinadas regras, regras estas nas quais estabelecem-se que as pessoas são livres para buscar seu próprio ganho financeiro.
- (C) Entre as grandes realizações humanas, acredita-se de que a Revolução Científica do século XVII e a Revolução Industrial do século XVIII, além da ciência moderna e da economia de mercado trouxeram maior liberdade aos indivíduos.
- (D) A despeito da intensidade dos desejos de consumo, do civismo das ações e do mérito moral, ou estético, a recompensa material dos participantes corresponde o valor monetário que os demais estiverem dispostos a atribuir às suas atividades.
- (E) Cada um dos participantes do mercado dependem do valor monetário que os demais estiverem dispostos a atribuir-lhes como resultado de suas atividades.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 8 e 9.

O povo é mais forte do que a miséria. Impávido, resiste às provações, vence as dificuldades. De tão difícil e cruel, a vida parece impossível e no entanto o povo vive, luta, ri, não se entrega. Faz suas festas, dança suas danças, canta suas canções, solta sua livre gargalhada, jamais vencido. Mesmo o trabalho mais árduo, como a pesca de xaréu, vira festa. Em tendo ocasião, o povo canta e dança. Em terra ou no mar, nos saveiros e jangadas, nas canoas. Por isso mesmo a Bahia é rica de festas populares. Festas de rua, de igreja, de candomblé. Guardam todas elas nossa marca original de miscigenação, de nossa civilização mestiça.

(Adaptado de: AMADO, Jorge. **Bahia de Todos-os-Santos: guia de ruas e mistérios de Salvador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, edição digital)

8. Atente para o que se afirma abaixo a respeito do fragmento *De tão difícil e cruel, a vida parece impossível e no entanto o povo vive, luta, ri, não se entrega*.

- I. Na sequência de orações coordenadas, a última assinala noção de **finalidade**.
- II. No contexto, a primeira oração introduz noção de **causa**.
- III. O sentido e as relações sintáticas se preservam com a substituição de **e no entanto** por **embora**.
- IV. Isolando-se por vírgulas o segmento **no entanto**, não haverá alteração do sentido e da correção.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e IV.
- (C) I.
- (D) II e IV.
- (E) II e III.

9. Atentando-se para aspectos de construção sintática do texto, observa-se:

- (A) É indefinido, em razão do contexto, o sujeito da forma "Guardam", na frase *Guardam todas elas nossa marca original de miscigenação*.
- (B) Mantendo as relações de sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o segmento *De tão difícil e cruel* pode ser reescrito da seguinte forma: Apesar de ser tão difícil e cruel.
- (C) Na frase *Em tendo ocasião, o povo canta e dança*, o segmento sublinhado assinala noção de **causa**.
- (D) Mantendo a correção e o sentido, sem que nenhuma outra modificação seja feita na frase, o segmento *jamais vencido* pode ser reescrito do seguinte modo: nunca se deixam vencer.
- (E) No contexto, o termo *festa*, na frase *Mesmo o trabalho mais árduo, como a pesca de xaréu, vira festa*, é predicativo do sujeito.

10. Está correta a **redação** do livre comentário que se encontra em:

- (A) Jorge Amado traça no livro *Bahia de Todos-os-Santos*, uma detalhada descrição de Salvador, cuja a topografia é privilegiada: situa-se entre o mar e o morro, abrindo-se para as águas.
- (B) A cidade representada por Jorge Amado no livro *Bahia de Todos-os-Santos* é um local onde se conversa muito e o tempo ainda não adquiriu a velocidade dos grandes centros urbanos.
- (C) Em relato sobre a cidade de Salvador, além de investigar a cartografia da cidade, Jorge Amado dispõe-se à criar uma crônica, dos costumes e hábitos da população baiana.
- (D) Apesar do esforço histórico, buscando esmiuçar os meandros de Salvador, Jorge Amado destaca, em seu guia da cidade, o mistério que lhe recobre, o qual não se sabe a origem.
- (E) Evita-se no guia de ruas de Jorge Amado, o caráter por demais pitoresco dos guias turísticos, de onde emerge as belezas, mas também as misérias, da capital baiana.

(Frases adaptadas. Conteúdo disponível em: <http://www.jorgeamado.com.br>)

**Direito Constitucional e Administrativo**

Atenção: As questões de nºs 11 a 18 referem-se à disciplina Direito Constitucional.

11. Eventual lei estadual que disponha sobre produção e consumo será
- (A) compatível com a Constituição Federal, inclusive se estabelecer normas gerais, desde que, nessa hipótese, inexistam leis federais sobre normas gerais e que o Estado legisle para atender a suas peculiaridades.
 - (B) compatível com a Constituição Federal, desde que lei complementar federal autorize os Estados a legislarem sobre a matéria e que o Estado legisle sobre questões específicas da matéria.
 - (C) compatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria reservada aos Estados.
 - (D) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de competência legislativa privativa da União.
 - (E) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matéria de interesse local, de competência dos Municípios.
-
12. À luz da Constituição Federal, a não aplicação do mínimo exigido nas ações e serviços públicos de saúde enseja a decretação de intervenção da
- (A) União nos Estados e dos Estados nos Municípios, dispensada, em ambos os casos, a apreciação pelo órgão legislativo respectivo.
 - (B) União nos Estados, dependendo do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República; e dos Estados nos Municípios, dependendo do provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral de Justiça.
 - (C) União nos Estados, dependendo do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República; e dos Estados nos Municípios, sujeita à apreciação da Assembleia Legislativa.
 - (D) União nos Estados, dependendo do provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República; e dos Estados nos Municípios, dispensada a apreciação pela Assembleia Legislativa.
 - (E) União nos Estados, dispensada a apreciação pelo Congresso Nacional; e dos Estados nos Municípios, dependendo do provimento, pelo Tribunal de Justiça, de representação do Procurador-Geral de Justiça.
-
13. Considere que determinada lei estadual disponha sobre a parcela, pertencente aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, estabelecendo:
- I. a forma de cálculo do valor adicionado nas operações e prestações de serviços realizadas nos territórios dos Municípios;
 - II. critérios econômicos e sociais para distribuição diferenciada, entre os Municípios, de até três quartos dos valores que incumbe ao Estado repassar; e
 - III. como condição para a entrega da parcela, que os Municípios cumpram os limites constitucionais mínimos de aplicação de recursos em ações e serviços públicos de saúde.
- Referida lei estadual será
- (A) compatível com a Constituição Federal, desde que se trate de lei complementar.
 - (B) incompatível com a Constituição Federal, por se tratar de matérias reservadas à lei complementar federal.
 - (C) compatível com a Constituição Federal apenas no que se refere à distribuição por critérios econômicos e sociais de até três quartos do produto da arrecadação pertencente aos Municípios.
 - (D) compatível com a Constituição Federal apenas no que se refere à forma de cálculo do valor adicionado.
 - (E) compatível com a Constituição Federal apenas no que se refere à condição para a entrega da parcela aos Municípios.
-
14. Competirá originariamente ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar
- (A) o *habeas data* contra ato do Tribunal de Contas da União que tenha negado ao impetrante a possibilidade de retificação de dados constantes a seu respeito na lista de licitantes inidôneos mantida pela corte de contas.
 - (B) a ação popular ajuizada em face de desembargador Presidente de Tribunal de Justiça visando à anulação de contrato celebrado pelo Tribunal com suposto prejuízo ao erário.
 - (C) a ação civil pública visando à responsabilização de Governador de Estado por supostos danos causados por obra viária estadual ao meio ambiente.
 - (D) o mandado de segurança contra ato de Ministro de Estado que tenha negado ao impetrante acesso a processo administrativo no qual lhe seja imputada a prática de ilícito em procedimento licitatório.
 - (E) o *habeas corpus* em que seja paciente membro de Tribunal Superior denunciado pela prática de infração penal comum.



Atenção: Considere o relato a seguir, para responder às questões de números 15 e 16.

Proposta de emenda à Constituição, de iniciativa de Assembleias Legislativas de 14 Estados da Federação, tendo se manifestado cada qual pela maioria absoluta de seus membros, tem por objeto a alteração das regras de repartição de receitas tributárias no que respeita aos percentuais do produto da arrecadação de impostos da União pertencentes aos Estados, sem prejudicar o montante da receita cabível à União ou afetar os percentuais pertencentes aos Municípios. A proposta é discutida e aprovada em dois turnos, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto, a cada vez, de dois terços dos seus membros.

15. À luz das regras constitucionais do processo legislativo, a referida proposta
- (A) foi aprovada como emenda à Constituição e será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem, não padecendo de vício no respectivo processo legislativo.
 - (B) padece de vício de procedimento, por não ter sido aprovada pelo *quorum* mínimo necessário em cada uma das Casas do Congresso Nacional, ainda que tenha observado o número de votações exigidas pela Constituição.
 - (C) versa sobre matéria que não pode ser objeto de deliberação por meio de proposta de emenda à Constituição.
 - (D) padece de vício de iniciativa, por não terem sido observadas as condições necessárias à propositura por Assembleias Legislativas.
 - (E) será submetida à sanção do Presidente da República que, no prazo de 15 dias úteis, poderá vetá-la, no todo ou em parte, por motivo de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.
-
16. Promulgada e publicada a emenda à Constituição Federal, o Governador de determinado Estado cuja Assembleia Legislativa não subscreveu a proposta à época em que apresentada, pretende questionar sua constitucionalidade enquanto ainda vigente e eficaz. Nessa hipótese, à luz da Constituição Federal, considerados apenas os aspectos referentes a objeto, legitimidade e competência para o controle, a emenda à Constituição, em tese,
- (A) poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, embora não possua o Governador do Estado legitimidade para sua propositura.
 - (B) poderá ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade, proposta pelo Governador do Estado, perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (C) poderá ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, proposta pelo Governador do Estado, perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (D) poderá ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental, perante o Supremo Tribunal Federal, embora não possua o Governador do Estado legitimidade para sua propositura.
 - (E) não poderá ser objeto de controle de constitucionalidade concentrado.
-
17. Ao dispor sobre finanças públicas e orçamentos, a Constituição Federal autoriza a
- (A) abertura de crédito suplementar sem indicação dos recursos correspondentes, desde que mediante prévia autorização legislativa.
 - (B) vinculação de receitas próprias geradas pelo imposto sobre propriedade predial e territorial urbana para pagamento de débitos do Município para com União e Estado.
 - (C) realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, quando autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, desde que aprovados pelo Poder Legislativo, pelo voto de dois terços de seus membros.
 - (D) transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, no âmbito das atividades de ciência, tecnologia e inovação, com o objetivo de viabilizar os resultados de projetos restritos a essas funções, mediante ato do Poder Executivo, sem prévia autorização legislativa.
 - (E) abertura de crédito extraordinário por ato do Presidente da República, desde que mediante prévia delegação legislativa, para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública.
-
18. Considere as seguintes situações:
- I. membro de Ministério Público estadual, em exercício há dois anos e meio, é aprovado em concurso público para professor de Universidade pública federal;
 - II. membro do Ministério Público Federal, em exercício há três anos, pretende candidatar-se a mandato eletivo estadual.
- À luz da Constituição Federal,
- (A) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão habilitados a exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente.
 - (B) tanto o membro de Ministério Público estadual quanto o membro do Ministério Público Federal estão impedidos de exercer cumulativamente com suas funções as de magistério público e mandato eletivo, respectivamente, sob pena de perda do cargo por sentença judicial transitada em julgado.
 - (C) o membro de Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal não poderá sequer filiar-se a partido político, enquanto estiver no exercício da função, faltando-lhe, portanto, condição de elegibilidade para candidatar-se.
 - (D) o membro de Ministério Público estadual não poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político, mas não poderá pleitear mandato eletivo, enquanto estiver no exercício de sua função.
 - (E) o membro de Ministério Público estadual poderá cumular o exercício de sua função com a de magistério; o membro do Ministério Público Federal poderá filiar-se a partido político e candidatar-se a mandato eletivo, devendo, no entanto, afastar-se do exercício de sua função, se eleito.



Atenção: As questões de nºs 19 a 25 referem-se à disciplina Direito Administrativo.

19. Acerca da motivação dos atos administrativos, com base na Lei Estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, é correto afirmar:
- (A) A motivação é um princípio implícito, pois não consta do rol dos princípios explicitados na lei.
 - (B) A perfeição dos atos de natureza colegiada depende de motivação individualizada pelos integrantes do colegiado.
 - (C) A lei admite a chamada motivação *aliunde* ou *per relationem*.
 - (D) A autoridade julgadora deve emitir decisão motivada nos processos administrativos, bem como sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência, no prazo improrrogável de trinta dias.
 - (E) A avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior independe de motivação, pois se trata de poder implícito, decorrente do princípio hierárquico.
-
20. É competência material constitucionalmente atribuída ao Estado da Bahia a exploração direta, ou por meio de concessão
- (A) dos serviços de transporte rodoviário interestadual.
 - (B) dos serviços locais de gás canalizado.
 - (C) dos serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens.
 - (D) dos recursos minerais localizados em seu território.
 - (E) do potencial energético dos rios situados em seu território.
-
21. Dentre as disposições constitucionais e legais vigentes que constituem o regime jurídico dos servidores públicos do Estado da Bahia, inclui-se:
- (A) A Administração fazendária e seus servidores fiscais terão precedência sobre os demais setores administrativos, o que implica atendimento prioritário nos serviços da rede pública de saúde.
 - (B) O tempo de contribuição relativo ao exercício de atividade privada pode ser contado para fins de aposentadoria e disponibilidade do servidor abrangido pelo regime próprio de previdência, até o limite máximo de dez anos.
 - (C) O provimento dos cargos públicos da Administração autárquica e fundacional é de exclusiva competência do Governador do Estado.
 - (D) A relocação é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, com ou sem mudança de sede, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder e natureza jurídica, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, de acordo com o interesse da Administração.
 - (E) A remoção a pedido por união de cônjuges ocorrerá, ainda que não haja claro de lotação no local de destino.
-
22. Considere as seguintes situações, relacionadas à fase de execução de um contrato administrativo de realização de obra pública:
- Primeira situação: a Administração atrasa a liberação dos terrenos necessários à realização da obra contratada, sendo que a empreiteira contratada já havia mobilizado recursos humanos e materiais para o início da execução na data fixada no contrato;
- Segunda situação: há aumento da alíquota do ICMS sobre a comercialização do cimento, principal insumo da obra contratada.
- Analisando tais situações,
- (A) a primeira constitui fato da Administração e a segunda constitui fato do príncipe, sendo que ambas justificam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (B) a primeira constitui fato do príncipe e a segunda constitui fato da Administração, sendo que somente a primeira justifica a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (C) ambas constituem hipóteses de fato do príncipe e justificam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (D) ambas constituem hipóteses de álea ordinária e não justificam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
 - (E) a primeira constitui caso fortuito e a segunda constitui força maior, sendo que ambas justificam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
-
23. O registro de preços, procedimento relativo a compras previsto na Lei nº 8.666/93 e na Lei Estadual nº 9.433/2005, tem por característica
- (A) a obrigatoriedade de contratação do vencedor da respectiva licitação para toda e qualquer compra relativa ao objeto que lhe foi adjudicado.
 - (B) o uso obrigatório da modalidade convite para seleção dos preços a serem registrados.
 - (C) a natureza meramente consultiva, com o objetivo de formar cadastro de preços visando à verificação de aceitabilidade dos preços oferecidos nos procedimentos licitatórios.
 - (D) a previsão, no edital, da estimativa das quantidades a serem provavelmente adquiridas ou utilizadas pela Administração durante o prazo de validade do registro, que deve ser de até 24 meses.
 - (E) a constituição, em favor do vencedor da respectiva licitação, de direito de preferência à contratação, observados os limites previstos no edital, o prazo de validade ali estabelecido e as condições da proposta por ele formulada.



24. A Lei nº 13.303/2016 estatui normas específicas de licitação aplicáveis às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços. Nesse tocante, a citada lei
- (A) veda o uso do critério de melhor técnica no julgamento, admitindo apenas a combinação de técnica e preço, de modo a prestigiar o princípio da economicidade.
 - (B) admite o uso do critério técnica e preço, porém, na avaliação das propostas técnicas e de preço, considerar-se-á o percentual de ponderação mais relevante, limitado a 80%.
 - (C) admite o uso do melhor conteúdo artístico como critério de julgamento das licitações, condicionando-o ao emprego de parâmetros específicos, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.
 - (D) permite a utilização do maior desconto como critério de julgamento, tendo por referência o preço unitário fixado no instrumento convocatório, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos.
 - (E) prevê o critério de maior retorno econômico, adotado exclusivamente para arrendamento de bens de capital das empresas estatais.

25. A doutrina sobre controle da Administração tem diferenciado as contas de governo e as contas de gestão, como demonstra o texto a seguir:

“Existem dois regimes jurídicos de contas públicas: a) o que abrange as denominadas contas de governo, exclusivo para a gestão política do chefe do Poder Executivo, que prevê o julgamento político levado a efeito pelo Parlamento, mediante auxílio do Tribunal de Contas, que emitirá parecer prévio (CF, art. 71, I, c/c art. 49, IX); b) o que alcança as intituladas contas de gestão, prestadas ou tomadas, dos administradores de recursos públicos, que impõe o julgamento técnico realizado em caráter definitivo pela Corte de Contas (CF, art. 71, II), consubstanciado em acórdão que terá eficácia de título executivo (CF, art. 71, § 3º), quando imputar débito (reparação de dano patrimonial) ou aplicar multa (punição).”

(FURTADO, José de Ribamar Caldas. **Os regimes de contas públicas: contas de governo e contas de gestão**. Revista do TCU 109 (2007): 61-89)

Sabe-se, porém, que, por vezes, o Chefe do Poder Executivo presta contas de governo e também atua como Administrador de recursos públicos, propiciando a tomada de contas de gestão. Conforme recente entendimento do Supremo Tribunal Federal, exarado em regime de Repercussão Geral (RE nº 848826 / CE – CEARÁ – acórdão publicado em 24/08/2017), envolvendo o exame de contas de prefeito municipal,

- (A) tanto as contas de governo quanto as contas de gestão prestadas pelo Chefe do Poder Executivo devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas competente.
- (B) tanto as contas de governo quanto as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo devem ser julgadas pelo respectivo Poder Legislativo, com base em parecer prévio do Tribunal de Contas competente.
- (C) as contas de governo do Chefe do Poder Executivo devem ser julgadas pelo respectivo Poder Legislativo; suas contas de gestão devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas competente.
- (D) as contas de gestão do Chefe do Poder Executivo devem ser julgadas pelo respectivo Poder Legislativo; suas contas de governo devem ser julgadas pelo Tribunal de Contas competente.
- (E) as contas de governo do Chefe do Poder Executivo devem ser julgadas pelo respectivo Poder Legislativo; suas contas de gestão devem ser julgadas pelo Poder Judiciário.

Direito Tributário

26. Em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medida provisória, com força de lei, devendo submetê-la de imediato ao Congresso Nacional, sendo VEDADA a
- (A) edição de medida provisória sobre várias matérias e, dentre elas, matérias relativas à nacionalidade, à cidadania, ao direito civil, aos direitos políticos, ao direito do trabalho, aos partidos políticos, aos direitos sociais e ao direito eleitoral.
 - (B) reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
 - (C) produção imediata de seus efeitos no caso de instituição ou majoração do imposto sobre a renda, porque os efeitos dessa MP serão produzidos somente no exercício financeiro seguinte àquele em que houver sido convertida em lei, até o último dia daquele em que foi editada.
 - (D) aprovação de medida provisória por decurso de prazo, devendo sua votação ser iniciada no Senado Federal.
 - (E) prorrogação da vigência de medida provisória que, no prazo de sessenta dias, contado de sua publicação, não tiver a sua votação encerrada nas duas Casas do Congresso Nacional.

27. Conforme o Código Tributário Nacional, em se tratando de legislação tributária, e salvo disposição em contrário, entram em vigor:

- I. os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas, quinze dias após sua publicação.
- II. as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, na data de sua publicação.
- III. os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, na data neles prevista.
- IV. o decreto expedido pelo Presidente da República alterando a alíquota do imposto sobre importação de produtos estrangeiros, na data de sua publicação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e IV.
- (B) I e II.
- (C) I, II e III.
- (D) II, III e IV.
- (E) III e IV.



28. O Código Tributário Nacional, ao tratar do crédito tributário e do lançamento tributário, assim dispõe:
- (A) As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão, seus efeitos, as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.
 - (B) Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente à ocorrência do fato gerador da obrigação, tenha instituído novos critérios de apuração ou processos de fiscalização, ou ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas.
 - (C) Ao constituir o crédito tributário, a Administração Fiscal não poderá aplicar ao lançamento a legislação que, posteriormente à data da ocorrência do fato gerador, tenha ampliado os poderes de investigação das autoridades administrativas.
 - (D) A lei posterior à ocorrência do fato gerador da obrigação tributária, que tenha outorgado ao crédito maiores garantias ou privilégios, poderá atribuir responsabilidade tributária a terceiros.
 - (E) O lançamento constitui o crédito tributário e rege-se pela lei vigente na data de sua notificação ao sujeito passivo.
-
29. A respeito de dívida ativa e certidão negativa, o Código Tributário Nacional prevê:
- (A) Independentemente de disposição legal permissiva, será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento, quando se tratar de prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito.
 - (B) A certidão que constar a existência de créditos não vencidos, em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora, ou cuja exigibilidade esteja suspensa, não tem os mesmos efeitos de uma certidão negativa.
 - (C) A omissão ou indicação errônea de algum requisito previsto em lei para lavratura do termo de inscrição da dívida ativa será causa de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente, não podendo tal nulidade ser sanada pela Fazenda Pública, após a citação judicial do contribuinte executado.
 - (D) Somente após a decisão judicial transitada em julgado, a dívida regularmente inscrita gozará da presunção de certeza e liquidez e terá o efeito de prova pré-constituída.
 - (E) Constitui dívida ativa tributária a proveniente de crédito dessa natureza, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, sendo que a fluência de juros de mora exclui a liquidez do crédito tributário citado.
-
30. Consta na Constituição Federal que a União tem competência para, somente através de lei complementar, tratar de várias matérias de natureza tributária, citando, dentre outras,
- (A) instituir as contribuições sociais, as contribuições de intervenção no domínio econômico e as contribuições de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas.
 - (B) instituir impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição.
 - (C) instituir e alterar as alíquotas dos impostos sobre produtos industrializados e sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
 - (D) criar taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.
 - (E) instituir imposto sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
-
31. A Constituição Federal consagra o princípio da anterioridade anual, ou seja, a proibição de a Administração Fiscal cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e consagra, também, o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventena, que veda a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
- Sobre este tema, a Constituição vigente estabelece que
- (A) o imposto sobre a renda deve observar os princípios constitucionais da anterioridade anual e da anterioridade nonagesimal (noventena).
 - (B) a anterioridade nonagesimal (noventena), prevista na Constituição Federal, aplica-se à fixação da base de cálculo do imposto sobre propriedade de veículos automotores e do imposto sobre propriedade predial e territorial urbana.
 - (C) o imposto sobre produtos industrializados observa o princípio da anterioridade nonagesimal (noventena), mas não observa o princípio da anterioridade anual.
 - (D) os empréstimos compulsórios instituídos para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência, e no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional devem observar a anterioridade anual.
 - (E) os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observando o princípio da anterioridade nonagesimal, não precisando observar a anterioridade anual, por expressa autorização constitucional.

32. Sobre a responsabilidade tributária, o Código Tributário Nacional dispõe:

- I. A responsabilidade é pessoal ao agente, quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
- II. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social, responde subsidiariamente pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade.
- III. Haverá responsabilidade pessoal e exclusiva dos pais, pelos tributos devidos por seus filhos, bem como dos tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados em todos os atos em que intervierem, exceto pelas omissões de que forem responsáveis.
- IV. Os mandatários, prepostos e empregados são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) I e IV.

33. Sobre a moratória, o Código Tributário Nacional prevê:

- (A) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, não serão cobrados juros de mora e não será aplicada penalidade pecuniária, na hipótese de dolo ou simulação, praticados por terceiro, em seu benefício.
- (B) A moratória somente pode ser concedida, em caráter individual ou geral, por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.
- (C) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido, garantido pela Constituição Federal, e, por isso, nenhum motivo justifica sua revogação de ofício, após ser concedida ao contribuinte por autoridade competente.
- (D) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- (E) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

34. Conforme o Código Tributário Nacional, são casos de exclusão do crédito tributário a isenção e anistia, sendo que a

- (A) isenção é sempre decorrente de lei, salvo quando prevista em contrato.
- (B) concessão de anistia, decorrente de infração tributária, compete privativamente ao Presidente da República, sem necessidade da sanção do Congresso Nacional, conforme dispõe, expressamente, o Código Tributário Nacional.
- (C) Constituição Federal veda à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
- (D) anistia abrange somente as infrações cometidas após a vigência da lei que a concede, não se aplicando aos atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mas se aplicando aos atos praticados apenas com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele.
- (E) isenção concedida a determinado imposto sobre propriedade é extensiva às taxas relacionadas com o referido bem e aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

35. Existindo simultaneamente dois ou mais débitos vencidos do mesmo sujeito passivo para com a mesma pessoa jurídica de direito público, relativos ao mesmo ou a diferentes tributos ou provenientes de penalidade pecuniária ou juros de mora, a autoridade administrativa competente para receber o pagamento determinará a respectiva imputação, obedecida a seguinte regra:

- (A) Os débitos decorrentes de responsabilidade tributária devem ser pagos em primeiro lugar, e, em segundo lugar, os débitos por obrigação própria.
- (B) Por ter como fato gerador a contrapartida de um serviço prestado ao contribuinte, as taxas devem ser pagas em primeiro lugar, depois serão pagas as contribuições de melhoria e, por fim, serão pagos os impostos.
- (C) Quanto à prescrição, os tributos são pagos na ordem decrescente dos prazos de prescrição.
- (D) Quanto ao valor, os tributos são pagos na ordem crescente dos montantes.
- (E) Quanto à espécie de tributo, pagam-se, primeiramente, as contribuições de melhoria, depois as taxas e, por fim, os impostos.



36. Relativamente aos temas obrigação tributária, fato gerador e lançamento o nosso Ordenamento Jurídico prescreve:
- I. Além de outras atribuições, cabe à Lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre a definição de tributo e de suas espécies, bem como, a dos respectivos fatos geradores, base de cálculo e contribuintes dos impostos discriminados na Constituição.
 - II. A definição legal do fato gerador é interpretada levando-se em consideração a validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros.
 - III. Tratando-se de situação jurídica, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos, desde o momento que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios.
 - IV. Se a lei não fixar prazo para homologação do lançamento, será ele de cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sendo que, expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) III e IV.
 - (E) III.
-
37. Com fundamento na Constituição Federal, o Senado Federal, por iniciativa de um terço dos senadores e aprovação da maioria absoluta de seus membros, poderá expedir resolução para
- (A) dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
 - (B) definir os contribuintes do ICMS, dispor sobre substituição tributária e disciplinar o regime de compensação do referido imposto.
 - (C) fixar as alíquotas máximas e mínimas do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza e do imposto estadual sobre propriedade de veículos automotores.
 - (D) fixar as alíquotas mínimas do imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos, e as alíquotas máximas do imposto sobre propriedade territorial e urbana.
 - (E) estabelecer as alíquotas mínimas, para o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, nas operações internas.
-
38. A Constituição Federal discrimina as competências dos entes políticos da federação, dispondo que
- (A) os Estados e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública.
 - (B) pertence ao Estado-membro a denominada competência residual tributária para instituir um novo imposto, desde que seja não cumulativo e não tenha fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos previstos na Constituição Federal.
 - (C) compete aos Estados e ao Distrito Federal instituírem o imposto sobre transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
 - (D) compete à União, na iminência ou no caso de guerra externa, instituir imposto extraordinário, compreendido ou não em sua competência tributária, desde que seja suprimido, gradativamente, cessadas as causas de sua criação.
 - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de suas atuações nas respectivas áreas.
-
39. Acerca do pagamento indevido e a respectiva restituição pela fazenda pública, o Código Tributário Nacional determina que
- (A) a restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro, somente será feita a quem prove haver assumido o referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.
 - (B) o sujeito passivo tem direito à restituição total ou parcial do tributo se, dentre outros casos, houver cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido em face da legislação tributária aplicável, inclusive no caso de perda ou destruição da estampilha, sem qualquer exceção.
 - (C) a restituição total ou parcial do tributo dá lugar à restituição, na mesma proporção, dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, inclusive das penalidades referentes a infrações de caráter formal não prejudicadas pela causa da restituição.
 - (D) o direito de o contribuinte pleitear a restituição do valor pago indevidamente, havendo cobrança ou pagamento espontâneo de tributo indevido ou maior que o devido, extingue-se com o decurso do prazo de dois anos, contados da data da extinção do crédito tributário.
 - (E) a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de tributo pago indevidamente pelo contribuinte prescreve em cinco anos.

40. Sobre as garantias e privilégios do crédito tributário, o Código Tributário Nacional dispõe:
- (A) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bem, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário ainda não inscrito na Dívida Ativa, mas constituído pela autoridade competente, através de lançamento tributário.
 - (B) Para garantir o pagamento do crédito tributário, o juiz determinará a indisponibilidade de todos os bens e direitos do devedor, mesmo quando o devedor apresentar ao respectivo Juízo, no prazo legal, bens à penhora.
 - (C) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.
 - (D) A cobrança judicial do crédito tributário está sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.
 - (E) No caso de decretação de falência do devedor, o pagamento de crédito tributário será realizado na seguinte ordem: em primeiro lugar, pagam-se os créditos da União; em segundo lugar, os créditos dos Municípios, conjuntamente e *pró rata*; e, em último lugar, os créditos dos Estados e Distrito Federal, conjuntamente e *pró rata*.

Contabilidade Geral

41. Uma empresa adquiriu no exterior, em 15/09/2018, mercadorias para comercialização no mercado brasileiro. Além do preço pago ao fornecedor no exterior, que foi R\$ 3.000.000,00, a empresa arcou com os seguintes encargos para dispor das mercadorias em condições de venda:
- R\$ 300.000,00 de transporte marítimo internacional para trazer as mercadorias até o Brasil;
 - R\$ 150.000,00 de taxas e tarifas alfandegárias para ingresso das mercadorias no Brasil, incluindo o imposto de importação;
 - R\$ 45.000,00 de impostos locais que são compensados com os impostos incidentes no momento em que ocorre a venda das mercadorias; e
 - R\$ 50.000,00 para transportar as mercadorias do porto até a sede da empresa.
- Antes dessa compra, a empresa não tinha nenhum item em estoque e, em novembro de 2018, vendeu 90% das mercadorias que haviam sido importadas. O valor bruto das vendas foi R\$ 4.250.000,00 e os impostos incidentes sobre essas vendas totalizaram R\$ 637.500,00. O Resultado Bruto com Mercadorias apurado pela empresa no ano de 2018, exclusivamente em relação às mercadorias importadas e vendidas, foi, em reais,
- (A) 1.550.000,00.
 - (B) 462.500,00.
 - (C) 422.000,00.
 - (D) 777.500,00.
 - (E) 507.500,00.
42. No dia 01/12/2018 a empresa Só no Sapatinho S.A. realizou as seguintes vendas de mercadorias:
- Vendas à vista: R\$ 500.000,00
 - Vendas a prazo: R\$ 660.000,00
- As vendas a prazo serão recebidas integralmente em 01/12/2020 e a empresa estava praticando para elas, na data da venda, a taxa de juros de 0,398% ao mês, equivalente a 4,88% ao ano e a 10% para o período de dois anos.
- A empresa Só no Sapatinho S.A. reconheceu, na Demonstração do Resultado do ano de 2018, exclusivamente em relação às vendas efetuadas em 01/12/2018, Receita de Vendas no valor de
- (A) R\$ 1.160.000,00, apenas.
 - (B) R\$ 1.100.000,00, apenas.
 - (C) R\$ 1.094.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 2.364,12.
 - (D) R\$ 1.100.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 2.388,00.
 - (E) R\$ 1.160.000,00 e Receita Financeira no valor de R\$ 4.616,80.
43. Um equipamento foi adquirido à vista, em 30/06/2017, pelo custo total de R\$ 1.500.000,00. A empresa definiu sua vida útil em 8 anos, o valor líquido de venda do equipamento no final do 8º ano foi estimado em R\$ 660.000,00 e, para fins fiscais, a vida útil é definida em 10 anos. A empresa adota o método das quotas constantes para o cálculo da despesa mensal de depreciação. No final de 2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável para o equipamento (Teste de *impairment*) e os valores obtidos, em 31/12/2018, para a realização desse teste foram os seguintes:
- Valor justo = R\$ 1.300.000,00
 - Valor em uso = R\$ 1.325.000,00
- O valor da despesa para redução ao valor recuperável (despesa por *impairment*) registrado na Demonstração do Resultado de 2018 foi, em reais,
- (A) 42.500,00.
 - (B) 122.500,00.
 - (C) 17.500,00.
 - (D) 147.500,00.
 - (E) 175.000,00.



44. O valor registrado no Patrimônio Líquido da empresa Patinetes S.A. era, em determinada data, R\$ 10.000.000,00. A empresa Bicletas S.A. adquiriu, nessa data, 80% das ações com direito a voto da Patinetes S.A. pagando o preço total de R\$ 12.000.000,00 e passando a deter o seu controle. O valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis da Patinetes S.A. era, nessa mesma data, R\$ 11.250.000,00.

O valor reconhecido no grupo Investimentos do balanço individual da empresa Bicletas S.A. na data da aquisição foi, em reais,

- (A) 8.000.000,00.
- (B) 10.000.000,00.
- (C) 9.600.000,00.
- (D) 9.000.000,00.
- (E) 12.000.000,00.

45. No dia 01/12/2018, uma empresa aplicou R\$ 1.800.000,00 em diversos ativos financeiros. As condições negociadas para cada instrumento financeiro adquirido e a classificação feita pela empresa para cada instrumento foram as seguintes:

Valor Aplicado (em reais)	Data de vencimento dos títulos	Critério de avaliação definido pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2018 (em reais)
300.000,00	31/12/2022	Custo amortizado	1,2%a.m.	307.000,00
700.000,00	31/12/2023	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1,0%a.m.	710.000,00
800.000,00	31/12/2021	Valor justo por meio do resultado	0,8%a.m.	805.000,00

O valor total registrado no resultado da empresa, em 2018, decorrente das três aplicações apresentadas na tabela acima foi, em reais,

- (A) 15.600,00.
- (B) 20.400,00.
- (C) 22.000,00.
- (D) 17.000,00.
- (E) 18.600,00.

46. Uma patente foi adquirida em 31/12/2017 pelo valor total de R\$ 30.000.000,00. A patente poderá ser explorada pelo prazo de 20 anos e após tal período passará a ser de domínio público. Em 31/12/2018, a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável (Teste de *impairment*) utilizando-se das seguintes informações sobre a patente:

- Valor em uso da patente: R\$ 25.500.000,00.
- Valor justo da patente: R\$ 24.000.000,00.

Na apuração do resultado do ano de 2018, a empresa

- (A) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 3.000.000,00.
- (B) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00.
- (C) não reconheceu nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível que não deve ser amortizado.
- (D) reconheceu uma despesa de amortização no valor de R\$ 1.500.000,00, apenas.
- (E) reconheceu uma perda por desvalorização no valor de R\$ 4.500.000,00, apenas.

47. Em 01/12/2014, uma empresa obteve um empréstimo a uma taxa de juros de 1,2% ao mês. O valor solicitado foi R\$ 30.000.000,00 e os pagamentos para liquidação do empréstimo seriam realizados da seguinte forma:

- Os juros, no valor de R\$ 360.000,00, são pagos mensalmente, tendo a primeira parcela vencido em 01/01/2015; e
- O principal será pago integralmente em uma única parcela que vencerá em 01/12/2020.

A empresa pagou, adicionalmente, na data da obtenção do empréstimo, despesas relacionadas com o contrato no valor de R\$ 1.000.000,00, o que fez com que a taxa de custo efetivo da operação fosse de 1,2709% ao mês.

O valor dos encargos financeiros evidenciados pela empresa, na Demonstração do Resultado de 2014, foi, em reais,

- (A) 348.000,00.
- (B) 360.000,00.
- (C) 381.270,00.
- (D) 368.561,00.
- (E) 1.360.000,00.

48. Em 31/12/2017, uma empresa estava respondendo a dois processos, sendo um relacionado a questionamentos de ex-funcionários e outro a uma autuação efetuada por um órgão de fiscalização tributária. O Balanço Patrimonial da empresa apresentava, nessa data, no grupo do passivo não circulante, a conta Provisões com a composição e o saldo total constantes da tabela a seguir:

Tipo de processo	Provisão reconhecida em 31/12/2017
Trabalhista	R\$ 400.000,00
Tributário	R\$ 720.000,00
Saldo total da conta	R\$ 1.120.000,00

Para a realização do Balanço Patrimonial em 31/12/2018 a empresa reavaliou a situação dos processos a que estava respondendo em 2017 e identificou, adicionalmente, dois novos processos judiciais surgidos em 2018. A tabela a seguir apresenta as informações obtidas de uma assessoria jurídica independente sobre os diversos processos a que a empresa responde em 31/12/2018:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018
Trabalhista	Provável	R\$ 320.000,00
Tributário	Possível	R\$ 400.000,00
Cível	Possível	R\$ 200.000,00
Ambiental	Provável	R\$ 160.000,00

Com base nas informações apresentadas, o efeito líquido total causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa, relacionado com as provisões necessárias foi, em reais,

- (A) Despesa de 1.080.000,00.
- (B) Despesa de 480.000,00.
- (C) Receita de 40.000,00.
- (D) Receita de 800.000,00.
- (E) Receita de 640.000,00.

49. A composição do Patrimônio Líquido de uma empresa, no Balanço Patrimonial de 31/12/2017, é apresentada a seguir com os valores expressos em reais:

Capital Social	16.000.000,00
Reserva Legal.....	2.800.000,00
Reserva Estatutária.....	1.000.000,00
Reserva para Expansão.....	<u>600.000,00</u>
Total do Patrimônio Líquido.....	20.400.000,00

As seguintes informações, relacionadas com eventos ocorridos no ano de 2018, que podem afetar o patrimônio líquido da empresa, foram identificadas:

- Lucro líquido apurado: 9.600.000,00
- As seguintes reservas foram constituídas:
 - I. Reserva Legal, de acordo com o estabelecido na Lei das Sociedades por Ações.
 - II. Reserva Estatutária no valor correspondente a 10% do Lucro Líquido sem qualquer dedução.
- O fundamento econômico para a manutenção da Reserva para Expansão contabilizada em 31/12/2017 não mais existia no final de 2018, pois a empresa já concluiu o projeto de expansão.
- O estatuto da empresa não define o critério para cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

O valor dos dividendos mínimos obrigatórios que deveria ser evidenciado no passivo, no Balanço Patrimonial de 31/12/2018, era, em reais,

- (A) 2.400.000,00.
- (B) 2.280.000,00.
- (C) 4.600.000,00.
- (D) 4.560.000,00.
- (E) 2.450.000,00.



50. A Demonstração do Resultado do ano de 2018 da empresa Importadora sem Fronteiras S.A. é apresentada a seguir (valores em reais):

Importadora Sem Fronteiras S.A.	
Demonstração do Resultado – Período: 01/01/2018 a 31/12/2018	
Receita líquida de vendas	4.080.000
(-) Custo dos produtos vendidos	<u>(2.620.000)</u>
(=) Resultado Bruto	1.460.000
(-) Despesas Operacionais	
Depreciação	(120.000)
Despesas diversas	(1.180.000)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	<u>60.000</u>
(+) Resultado antes dos efeitos financeiros	220.000
(-) Despesas Financeiras	<u>(100.000)</u>
(=) Resultado após os efeitos financeiros	120.000
(=) Outras receitas e despesas	
Resultado na venda de imobilizado	<u>140.000</u>
(=) Resultado antes de Impostos e Participações	260.000
(-) Despesa com impostos sobre lucro	<u>(78.000)</u>
(=) Resultado Líquido	182.000

Os Balanços Patrimoniais da empresa Importadora sem Fronteiras S.A., em 31/12/2017 e 31/12/2018, são os seguintes:

Importadora Sem Fronteiras S.A.
Balanços Patrimoniais em 31/12/2017 e 31/12/2018

ATIVO	31/12/2017	31/12/2018	PASSIVO	31/12/2017	31/12/2018
Ativo circulante	1.320.000	2.574.000	Passivo circulante	1.560.000	2.938.300
Caixa e Equivalentes de Caixa	100.000	634.000	Fornecedores	660.000	854.000
Contas a Receber de Clientes	560.000	960.000	Empréstimos obtidos	900.000	1.940.000
Estoques para venda	660.000	980.000	Dividendos a pagar	-	66.300
			Impostos a pagar	-	78.000
Ativo não circulante	1.440.000	2.180.000	Patrimônio Líquido	1.200.000	1.815.700
Investimentos	140.000	360.000	Capital	1.000.000	1.500.000
Imobilizado			Reservas de Lucros	200.000	315.700
Equipamentos	840.000	1.820.000			
Terrenos	460.000	-			
TOTAL DO ATIVO	2.760.000	4.754.000	TOTAL DO PASSIVO + PL	2.760.000	4.754.000

No ano de 2018, a empresa não pagou as despesas financeiras, não liquidou qualquer empréstimo e não vendeu participações societárias nem equipamentos. O aumento de capital foi em dinheiro.

Os valores, no ano de 2018, correspondentes ao Caixa das Atividades Operacionais e ao Caixa das Atividades de Financiamento foram, respectivamente, em reais,

- (A) 346.000 (negativo) e 1.040.000 (positivo).
 (B) 106.000 (negativo) e 1.040.000 (positivo).
 (C) 106.000 (negativo) e 1.440.000 (positivo).
 (D) 246.000 (negativo) e 1.040.000 (positivo).
 (E) 246.000 (negativo) e 1.440.000 (positivo).

Estatística

51. Os números de autos de infração lavrados pelos agentes de um setor de um órgão público, durante 10 meses, foram registrados mensalmente conforme a tabela abaixo.

Mês	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	Total
Número de autos	7	5	4	6	6	5	5	7	6	5	56

Verifica-se que, nesse período, o valor da soma da média aritmética (número de autos por mês) com a mediana é igual ao valor da moda multiplicado por

- (A) 2,42.
 (B) 2,32.
 (C) 2,12.
 (D) 2,52.
 (E) 2,22.



52. O coeficiente de variação de Pearson correspondente a uma população P_1 com média aritmética igual a 20 e tamanho 20 é igual a 30%. Decide-se excluir de P_1 , em um determinado momento, dois elementos iguais a 11 cada um, formando uma nova população P_2 . A variância relativa de P_2 é igual a
- (A) 10/147.
(B) 4/49.
(C) 16/147.
(D) 8/49.
(E) 4/441.

53. Um instituto de pesquisa foi contratado para realizar um censo em uma cidade com somente dois clubes (Alfa e Beta). Verificou-se que, com relação a essa cidade, o número de habitantes que são sócios de Alfa é igual a $3/4$ do número de habitantes que são sócios de Beta. Sabe-se ainda que, dos habitantes desta cidade, 8% são sócios dos dois clubes e 24% não são sócios de qualquer clube. Escolhendo aleatoriamente um habitante dessa cidade, tem-se que a probabilidade de ele ser sócio somente do clube Alfa é
- (A) 30%.
(B) 32%.
(C) 20%.
(D) 28%.
(E) 34%.

54. Durante um período de tempo, registrou-se em uma fábrica a quantidade diária de óleo (Q) em litros consumida para a produção de um produto. Concluiu-se que a população formada por estas quantidades é normalmente distribuída com média igual a 50 litros por dia. Sabe-se que 5% dos valores destas quantidades são inferiores a 41,8 litros e 90% possuem um valor de no máximo x litros. O valor de x é igual a

Dados: Valores das probabilidades $P(Z \leq z)$ da curva normal padrão Z.

z	1,00	1,28	1,64	1,96
$P(Z \leq z)$	0,840	0,900	0,950	0,975

- (A) 58,2.
(B) 56,4.
(C) 59,8.
(D) 57,3.
(E) 54,2.
55. Para obter um intervalo de confiança de 90% para a média μ de uma população normalmente distribuída, de tamanho infinito e variância desconhecida, extraiu-se uma amostra aleatória de tamanho 9 dessa população, obtendo-se uma média amostral igual a 15 e variância igual a 16. Considerou-se a distribuição t de *Student* para o teste unicaudal tal que a probabilidade $P(t \geq t_{0,05}) = 0,05$, com n graus de liberdade. Com base nos dados da amostra, esse intervalo é igual a

Dados:

n	7	8	9	10	11
$t_{0,05}$	1,90	1,86	1,83	1,81	1,80

- (A) (12,56 ; 17,44).
(B) (13,76 ; 16,24).
(C) (12,47 ; 17,53).
(D) (12,59 ; 17,41).
(E) (12,52 ; 17,48).



56. Acredita-se que a probabilidade (p) de ocorrência de um determinado evento em 1 dia seja igual a 50%. Para averiguar se essa informação é correta, foi extraída uma amostra aleatória de 10 dias de um levantamento e foram formuladas as hipóteses H_0 : $p = 0,5$ (hipótese nula) e H_1 : $p \neq 0,5$ (hipótese alternativa). A regra estabelecida foi rejeitar H_0 caso na amostra tenha se verificado um número de dias n tal que $n < 2$ ou $n > 8$. A probabilidade de se cometer um erro tipo I é igual a
- (A) 21/1024.
 - (B) 5/256.
 - (C) 11/512.
 - (D) 5/512.
 - (E) 1/512.
57. A taxa de desvalorização de uma moeda em um país foi de 20% em determinado período. Isso significa que, se no início desse período o preço de um bem era de 200 unidades monetárias (u.m.) e no final do período ele foi corrigido pela respectiva taxa de inflação, então seu preço passou a ser de
- (A) 240 u.m.
 - (B) 225 u.m.
 - (C) 250 u.m.
 - (D) 300 u.m.
 - (E) 280 u.m.

Noções de Igualdade Racial e de Gênero

58. De acordo com a Lei federal nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a fim de preservar a integridade física e psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o juiz
- (A) a ela assegurará o acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da Administração direta ou indireta.
 - (B) a ela assegurará a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até doze meses.
 - (C) poderá aplicar pena de cesta básica ou substituir pena que implique o pagamento isolado da multa, desde que haja concordância expressa da ofendida.
 - (D) aplicará pena de reclusão àquele que descumprir decisão judicial que deferir medida protetiva de urgência, dependendo, a configuração do crime, de competência criminal do juiz que a deferiu.
 - (E) determinará que em todos os atos processuais, sem exceção, a ofendida esteja acompanhada de advogado, assegurando sua inclusão, por prazo indeterminado, no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual ou municipal.
59. Considere:
- I. Jadson, empregado de determinada empresa privada, por motivo de discriminação de raça, teve impedida sua ascensão funcional por seu chefe Flávio.
 - II. Alisson exigiu, em anúncio de recrutamento de trabalhadores, aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências.
- De acordo com a Lei Federal nº 7.716/1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, Flávio
- (A) ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, enquanto que Alisson incorrerá na pena de reclusão.
 - (B) incorrerá na pena de reclusão, enquanto que Alisson ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial.
 - (C) incorrerá na pena de detenção, enquanto que Alisson ficará sujeito às penas de multa ou de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial.
 - (D) incorrerá na pena de reclusão, enquanto que Alisson ficará sujeito à pena de detenção, não se sujeitando à prestação de serviços à comunidade.
 - (E) e Alisson incorrerão na pena de reclusão, ficando, ainda, sujeitos às penas de multa ou de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial.
60. Lindomar é agente público e foi condenado à pena de reclusão de quatro anos pela prática de tortura. De acordo com a Lei federal nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências, a condenação de Lindomar acarretará a
- (A) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por dois anos.
 - (B) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por quatro anos.
 - (C) suspensão do seu cargo, função ou emprego público por quatro anos.
 - (D) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício por oito anos.
 - (E) perda do seu cargo, função ou emprego público e a interdição permanente para seu exercício.